



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Por correio eletrónico.

C/C: Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de São Miguel

Exma. Senhora Presidente
Câmara Municipal de Lagoa
Largo D. João III, Santa Cruz
9560 - 045 – Lagoa

Na resposta mencione o nº SAI-SRAAC. Em cada ofício trate um só assunto.

Sua referência:
2023,
GERAL,S,OP,1854

Sua comunicação de:
14/06/2023

Nossa referência:
SAI-SRAAC/2023/11558
Proc: 113.07.10/228

Data:
16 AGO 2023

**ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA A CONSTRUÇÃO DE CENTRAL
SOLAR FOTOVOLTAICA HÍBRIDA – SANTA CRUZ, LAGOA, SÃO MIGUEL
– AZORES & BESS PARQUE SOLAR SANTA CLARA LAGOA SÃO
MIGUEL NASCENTE, UNIPessoal, LDA**

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e no âmbito das competências desta Direção Regional, informa-se V. Ex^a que o terreno em questão se encontra em zona identificada pelo Plano Diretor Municipal de Lagoa (PDM), publicado pelo Aviso n.º 19009/2011, de 23 de setembro, em Espaços agrícolas – Espaços agrícolas de produção.

Face ao enquadramento exposto, do ponto de vista do Ordenamento do Território, informa-se que nada há a obstar relativamente ao pretendido, devendo o mesmo cumprir com as disposições regulamentares do PDM, cabendo à edilidade a sua verificação.

Em matéria de Avaliação Ambiental, e após consulta da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), informa-se que o projeto não carece de sujeição ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, uma vez que o mesmo não atinge o limiar definido pelo Anexo II do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, publicado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual.

Informa-se, também, que pela inserção do terreno em Reserva Agrícola Regional (R.A.R.), deverá ser consultada a entidade com competências na matéria, nomeadamente a IROA,S.A.

Com os melhores cumprimentos,

P)

O Diretor Regional

Melanie Rocha



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Por correio eletrónico.

C/C: Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de São Miguel

Exma. Senhora Presidente
Câmara Municipal de Lagoa
Largo D. João III – Santa Cruz
9560-045 – Lagoa

Na resposta mencione o nº SAI-SRAAC. Em cada ofício trate um só assunto.

Sua referência:
2023,
GERAL,S,OP,1840

Sua comunicação de:
15/06/2023

Nossa referência:
SAI-SRAAC/2023/11554
Proc: 113.07.10/229

Data: 16 Ago 2023

**ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA A CONSTRUÇÃO DE CENTRAL
SOLAR FOTOVOLTAICA HÍBRIDA – SANTA CRUZ, LAGOA, SÃO MIGUEL
– AZORES PV & BESS PARQUE SOLAR SANTA CRUZ LAGOA SÃO
MIGUEL POENTE, UNIPESSOAL LDA**

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e no âmbito das competências desta Direção Regional, informa-se V. Ex^a que o terreno em questão se encontra em zona identificada pelo Plano Diretor Municipal de Lagoa (PDM), publicado pelo Aviso n.º 1909/2011, de 23 de setembro, classificado como Solo rural, em Espaços naturais – Áreas inseridas em Reserva Ecológica, e em Espaços agrícolas de produção, e ainda em área afeta à Reserva Ecológica (RE), na tipologia de Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, nos termos definidos pela Portaria n.º 46/2014.

Face ao enquadramento exposto, do ponto de vista do Ordenamento do Território, informa-se que o pretendido poderá ser possível em área afeta à RE, uma vez que é permitida a produção e distribuição de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis, de acordo com a alínea f) do ponto II do Anexo II do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, bem como os acessos executados com recurso a materiais permeáveis e drenantes, e sem nunca se verificar a aplicação de materiais consolidados e com carácter de permanência no solo.

Para além disso, o pretendido terá que cumprir com o regulamento do PDM, cabendo à edilidade a sua verificação.

Em matéria de Avaliação Ambiental, e após consulta da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), informa-se que o projeto não carece de sujeição de procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, uma vez que o mesmo não atinge o limiar definido pelo Anexo II do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, publicado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual.

Com os melhores cumprimentos,

P) O Diretor Regional
Melanie Rocha